

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 127**

**13/04/07 a 19/04/07**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Cavaller Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), Flávio Augusto Lira Nascimento (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), Juliana Alves da Costa (graduanda em Relações internacionais – UNESP), Leonardo Ulian Dall Evedove (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), Lisandra Crosara (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES ).

**Grupo dos Seis decidiu acelerar negociações de Doha**

O Grupo dos Seis, do qual o Brasil é parte juntamente à Índia, à Austrália, ao Japão, aos Estados Unidos e à União Européia, acordou em acelerar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a concluir um novo tratado de livre comércio, no ano de 2007. Em um comunicado conjunto, os ministros presentes às reuniões do grupo afirmaram acreditar que, pela intensidade de seus trabalhos, poderiam convergir em áreas importantes como os setores agrícola, industrial e de serviços, de modo a colaborar com a conclusão da Rodada Doha da OMC ainda neste ano. Os ministros também reconheceram a necessidade de integrar suas negociações com o processo multilateral no âmbito da OMC. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, que participou das reuniões do Grupo dos Seis, afirmou que houve progressos acerca das discussões a serem lançadas, porém, não foram discutidos temas importantes como os subsídios agrícolas e as tarifas industriais. Segundo Amorim, neste momento, é possível reconhecer de forma mais delimitada a magnitude das concessões a serem feitas pelos países, o que permite o andamento das negociações em certas áreas, ainda que algumas delas, de grande importância, ainda estejam indeterminadas. De acordo com o chanceler, não serão feitos

acordos sem a participação dos demais membros da OMC. A representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, por sua vez, declarou que a conclusão da Rodada Doha no ano de 2007 é uma meta realizável, embora tenha ressaltado que não haverá um acordo sem o alcance de aberturas dos mercados agrícola, industrial e de serviços (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/04/2007; O Globo – Economia – 13/04/2007).

### **Mantega reivindicará melhor classificação do Brasil**

O ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, participará de uma reunião com a diretoria de duas agências internacionais de classificação de investimentos dia 16 de abril em Nova York. As agências classificadoras internacionais têm como função sinalizar para o mercado mundial o risco que as empresas correm ao investir em determinado país. A reunião terá como objetivo discutir a melhora da classificação brasileira, pois, segundo Mantega, o país já pode ser elevado à classificação “grau de investimento”, o que poderia ocasionar um maior fluxo de investimentos estrangeiros e também facilitaria, para as empresas brasileiras, a obtenção de empréstimos no exterior a taxas menores das praticadas atualmente. No dia 10 de abril, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, defendeu a elevação da classificação brasileira. Mantega, por sua vez, elogiou a visão de Rato e rebateu dizendo que a reivindicação de uma melhor classificação de investimentos não impedirá que o Brasil exija uma maior cota de participação no Fundo, que passa atualmente por uma reforma. O ministro brasileiro disse que o Brasil possui o oitavo PIB mundial e que, por isso, merece ter mais cotas do que possui atualmente (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/2007).

### **FMI divulgou relatório sobre economia da América Latina**

O diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anoop Singh, divulgou o relatório “Panorama Econômico Regional - Hemisfério Ocidental”. Neste, o FMI presume um crescimento para a América Latina de 4,9% em 2007 e 4,25% em 2008, refletindo a desaceleração da economia norte-americana e a diminuição dos preços das commodities. Segundo o relatório, as economias da região foram melhoradas pelo forte crescimento econômico mundial dos últimos quatro anos, o que acabou refletindo na diminuição da pobreza. Os maiores avanços nesse sentido aconteceram no Brasil, na Argentina, em El Salvador, no Paraguai e no Peru. O nível de pobreza na região caiu de 44% da população em 2002 para 38% em 2006; entre os extremamente pobres, a pobreza diminuiu, de 2002 a 2006, de 19% para 15%. Conforme explica o documento, isso se deveu, principalmente, ao aumento do gasto público e à expansão do crédito nos países da região. O FMI, entretanto, demonstrou preocupação com tal situação, pois o aumento descontrolado do gasto público corrente e da expansão do crédito nesses países pode dar origem a



um problema insustentável para suas economias. Em relação ao Brasil, o Fundo prevê um crescimento de 4,4% e sugere que seu Orçamento seja flexibilizado a fim de que os investimentos aumentem e o país fique menos dependente do crescimento mundial, mas isso sem que haja a elevação da carga tributária que, segundo Singh, já é muito alta. Para o FMI, o sistema bancário brasileiro é bem administrado e regulamentado e o crescimento do crédito no país não é preocupante, pois o volume de crédito como proporção do PIB atualmente - cerca de 35% - ainda é muito baixo em comparação com outras regiões. Os avanços no Brasil em relação à desigualdade de renda também foram destacados e o Bolsa Família foi citado como um “programa de transferência de renda bem-sucedido” (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/04/2007).

### **G24 cobrou FMI**

Os ministros do G24, grupo de países em desenvolvimento do qual o Brasil faz parte, divulgaram um comunicado conjunto cobrando do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma maior exigência no ajuste das economias mais avançadas, principalmente os EUA, e também uma aceleração em suas reformas. Tal cobrança deve-se ao fato dos EUA possuírem grandes déficits comerciais e em conta corrente financiados por países emergentes através da compra de títulos de seu Tesouro. A diminuição desse financiamento causaria um desequilíbrio global, pois obrigaria os EUA a subir sua taxa de juros, causando uma desaceleração da economia global. Em relação às reformas, a principal reivindicação dos países emergentes refere-se a uma mudança no sistema de cotas do Fundo, o que poderia provocar um aumento do poder de voto desses países (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/2007).

### **Bird criticou planejamento e Orçamento do Brasil**

O Banco Mundial (Bird) divulgou um estudo sobre os investimentos do governo federal brasileiro onde apontou que a falta de recursos não é o principal obstáculo ao aumento daqueles. O estudo foi centrado no setor de transportes e aponta para uma séria desconexão entre o planejamento, a elaboração de orçamentos e a realização dos gastos do governo, além de deficiências de gerenciamento, escassez de pessoal qualificado, ambiente legal hostil, controles decorrentes de suspeitas de corrupção e prevalência de critérios políticos sobre os técnicos na escolha de dirigentes. Assim, para o Bird, o aumento de recursos não aumentaria a capacidade produtiva do Brasil, pois essas deficiências constatadas tornam a produção de infra-estrutura ineficiente. O estudo também citou diretamente o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), afirmando que existe uma discrepância entre o valor planejado para ser aplicado em investimentos em ambos os projetos e o valor que foi realmente investido. Em relação ao Ministério dos Transportes especificamente, o Banco Mundial citou a



escassez de quadros qualificados, a prevalência de "indicados políticos com pouco conhecimento técnico e experiência gerencial, substituições freqüentes e interferência política em decisões operacionais". Em nota, o Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento, rebateu as críticas dizendo que não existe uma séria desconexão entre o planejamento e o Orçamento, mas sim problemas de outra natureza, como a falta de licenças ambientais e de projetos (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/2007).

### **EUA apresentaram proposta prejudicial ao Brasil na OMC**

O governo norte-americano apresentou uma proposta agrícola na Organização Mundial do Comércio (OMC) que poderá afetar as exportações brasileiras para outras economias emergentes, tais como Índia, China e Indonésia. A idéia é de que esses países em desenvolvimento importadores de alimentos estabeleçam um teto para a importação de produtos sensíveis, como açúcar, arroz, frango e milho. A intenção dos norte-americanos é garantir uma parcela de mercado nesses países, impedindo o aumento das exportações brasileiras. Para o Itamaraty, o estabelecimento de cotas por produto para o volume exportado para esses mercados prejudicaria muito as exportações brasileiras (O Estado de S. Paulo – Economia – 14/04/2007).

### **Lula discutirá fome e paz mundial com o papa**

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, reunirá-se com o papa Bento XVI no dia 10 de maio, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, a fim de debater os assuntos comuns à política externa do Brasil e à da Santa Sé. Dentre os assuntos da agenda estão a questão da fome no mundo, os esforços internacionais pela solução pacífica de conflitos e a luta contra a pobreza. Além disso, pretende-se conversar sobre as negociações da Organização Mundial do Comércio (O Estado de S. Paulo – Vida & – 14/04/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/04/2007).

### **Embaixada francesa listou conselhos para seus turistas**

A Embaixada da França divulgou em seu site na Internet uma lista com 14 conselhos gerais de segurança para cidadãos franceses que visitarem o Brasil, além de orientar para as providências em caso de roubo e agressão e alertar para as tentativas de extorsão por telefone. O comunicado diz como o turista deve se comportar no Rio, em São Paulo, em Recife, Brasília e na Região Norte. O cônsul da França no Rio, Hugues Goisbault, disse que as embaixadas francesas em todo o mundo mantêm orientações para seus turistas e que no caso do Brasil, os alertas foram contra crimes peculiares ao país. O comunicado também foi

divulgado no site do Ministério das Relações Exteriores francês (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/04/2007; O Globo – País – 14/04/2007).

### **Divergências ocorrem nas discussões sobre o Banco do Sul**

O governo brasileiro mostrou interesse em participar como sócio pleno do Banco do Sul, instituição financeira que deve contar com a Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador. Os dois maiores incentivadores do Banco são os presidentes da Venezuela, Hugo Chavez, e da Argentina, Nestor Kirchner, que afirmaram ser a instituição uma alternativa ao Banco Mundial e ao FMI. Polêmica foi gerada quanto à possível arrecadação de fundos para a instituição com base em taxas sobre produção de petróleo nos países sócios. Além disso, os governos equatoriano, boliviano e venezuelano planejam que o banco cubra déficits financeiros dos países do sul, ao passo que Lula deseja que ele sirva como investidor de obras de infra-estrutura na região. Esse tema, no entanto, foi tratado apenas de maneira secundária na 1ª Cúpula Energética Sul-Americana (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/04/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 17/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 18/04/2007; O Globo – Economia – 15/04/2007).

### **Conselho energético sul-americano foi criado na Venezuela**

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, participou da Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, na Venezuela, com representantes de diversos países da região. Nessa ocasião, foi criado um conselho energético da América do Sul que aproximará seus membros na coordenação de obras de infra-estrutura para a integração energética regional na área de hidrocarbonetos, energia hidroelétrica e também nas políticas de biocombustíveis. Esse fato marcou a amenização do discurso venezuelano de ataque ao desenvolvimento de energia com base em produtos alimentícios, coisa que ocorria desde a visita de George W. Bush ao Brasil. Além disso, o encontro ocorrido na Venezuela foi marcado pelo impasse entre a empresa brasileira, Pantanal Energia, e a estatal boliviana, YPFB. Dentro das negociações sobre este tema, o governo brasileiro teria apresentado a Morales uma proposta feita em conjunto com uma empresa brasileira do grupo Odebrecht sobre a criação de um pólo petroquímico em seu país. O Brasil assinou ainda um tratado com Venezuela para a construção de uma refinaria de etileno e polipropileno em seu território, na cidade de José, próxima a Caracas (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/04/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/04/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 17/04/2007).

### **Brasil poderá firmar acordo nuclear com a Índia**

Foi noticiado pela imprensa indiana que o governo brasileiro procura firmar cooperação com o governo indiano na área nuclear. Os termos dessa relação colocam o Brasil como um mediador da Índia frente aos países fornecedores de urânio, que têm mantido uma posição restritiva quanto à comercialização deste material com o país asiático. Essa medida é vista pelos analistas indianos como uma tentativa dos brasileiros de conseguir comercializar não apenas material atômico com a Índia, uma vez que os EUA recentemente abriram suas portas para o país, mas também para expandir o comércio de etanol entre ambos (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/04/2007).

### **Europa fecha o cerco ao que chama de protecionismo brasileiro**

A Comissão Europeia encomendou um estudo que indica o Brasil como um dos países que devem ser investigados devido a suas barreiras comerciais. Segundo o documento, que aponta também Rússia, Índia e China como Estados que aplicam tarifas diferenciadas, restrições ambientais e fitossanitárias, além de cotas de acesso e sistemas de salvaguarda, as suspeitas sobre o Brasil recaem principalmente sobre o setor de serviços. Segundo porta-vozes da UE, a abertura dos mercados beneficiaria tanto a União quanto o Brasil, além de afirmarem que o grupo não hesitaria em ir à OMC para fazer valer os direitos do livre-comércio (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 19/04/2007).

### **Presidente da Petrobrás afirma que companhia deverá ser indenizada**

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, afirmou que espera “indenizações justas” pela nacionalização de refinarias da Petrobrás na Bolívia. Não afirmando quais os meios que o Brasil utilizaria caso decidisse retaliar, Gabrielli afirmou que a estatal utilizará todos os meios possíveis para que se firme o ponto de vista brasileiro. Segundo o presidente, já foi contratado um banco que estimou o valor a ser pago à Petrobrás, mas a soma ainda não foi revelada (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/04/2007).

### **Petrobrás e petrolíferas portuguesas assinarão acordo**

A Petrobrás e as empresas petrolíferas Galp e Partex, de Portugal, assinarão um acordo de exploração de petróleo na costa portuguesa. Segundo o “Diário de Notícias” luso, serão investidos 400 milhões de euros em um período de oito anos, com a exploração na bacia de Peniche, em Leiria. O investimento em estudos já se definiu em algo ao redor de 26 milhões de euros e, quando da exploração, o



**OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

governo português terá direito a 7% da receita por barril de petróleo cru produzido  
(Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/2007).